

Por Gilmara Santos

***Modalidade deve ganhar fôlego após contribuinte perder a vitória, antes garantida, em caso de empate nos julgamentos do órgão***

Uma mudança no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais) pode ter impacto direto no seguro garantia judicial, uma modalidade de proteção para processos judiciais. É costumeiramente aplicado como alternativa ao pagamento de cauções, depósitos judiciais, penhora de bens e fianças bancárias.

O governo federal publicou uma [MP \(medida provisória\)](#) em fevereiro deste ano trazendo de volta [o chamado voto de qualidade](#) e priorizando a opinião de auditores-fiscais em caso de empate no Carf. Em 2020, o então presidente Jair Bolsonaro (PL) sancionou lei que acabava com o voto de qualidade no conselho, dando aos autuados a vitória em caso de empate nas disputas tributárias da instância administrativa.

**[Leia aqui na íntegra.](#)**

**Fonte:** InfoMoney, em 17.03.2023